

ATA DA OCTOGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 18-9-2017.

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: Projeto de Lei do Legislativo nº 251/17 (Processo nº 2274/17), de autoria de André Carús; o Projeto de Lei do Legislativo nº 239/17 (Processo nº 2154/17), de autoria de Cassio Trogildo; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/17 (Processo nº 1054/17), de autoria de Gilson Padeiro; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 038/17 (Processo nº 2172/17), de autoria de Marcelo Sgarbossa; o Projeto de Lei do Legislativo nº 103/17 (Processo nº 0969/17), de autoria de Prof. Alex Fraga, Fernanda Melchionna e Roberto Robaina; e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 190 e 200/17 (Processos nºs 1636 e 1722/17, respectivamente), de autoria de Rodrigo Maroni. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 1454 e 1497/17, do Prefeito, solicitando, respectivamente, o desarquivamento do Projeto de Lei do Executivo nº 018/16 e encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 132/15 (Processos nºs 1654/16 e 1389/15, respectivamente). A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Ester Cândido Benatti, Vice-Presidenta da Associação dos Celíacos do Brasil, que discorreu sobre a doença celíaca. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Adeli Sell, José Freitas e Reginaldo Pujol manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Após, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Ester Cândido Benatti. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e um minutos às quatorze horas e trinta e dois minutos. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 2ª Sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 021/17, discutido por Reginaldo Pujol, Adeli Sell e Sofia Cavedon. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em continuidade, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado, nos termos do Requerimento nº 155/17 (Processo nº 2256/17), de autoria de Cassiá Carpes, a assinalar o transcurso do nonagésimo aniversário do Auditório Araújo

Vianna. Compuseram a Mesa: Cassio Trogildo, Presidente, Andréia Martins, Coordenadora do Auditório Araújo Vianna, e Paulo Moreira, Coordenador de Música da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Cassiá Carpes, proponente, Sofia Cavedon, esta em tempo cedido por Aldacir Oliboni, e Reginaldo Pujol, este em tempo cedido por Dr. Goulart. A seguir, o Presidente convidou Cassiá Carpes a proceder à entrega, a Andréia Martins, de diploma alusivo à presente solenidade, e concedeu a palavra a Andréia Martins e a Paulo Moreira, que agradeceram a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta e seis minutos às quinze horas e trinta e sete minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Comandante Nádia. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Dr. Thiago. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta minutos às dezoito horas e sete minutos para realização de reunião conjunta de Comissões Permanentes. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alterações na ordem dos trabalhos da presente Sessão e na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, e, às dezoito horas e oito minutos, constatada a existência de quórum, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 004/17 (Processo nº 2388/17), após ser encaminhado à votação por Sofia Cavedon. Às dezoito horas e dezoito minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Sofia Cavedon, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª Sessão, o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 076/17 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 213/17. Na ocasião, foram apregoadas as Emendas nºs 01, assinadas por Mônica Leal e Paulo Brum, e 02, assinada por Paulo Brum, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 134/17 (Processo nº 1147/17). Às dezoito horas e dezenove minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Celíacos do Brasil – Alcebra/RS, que tratará de assunto relativo à doença celíaca. A Sra. Ester Cândido Benatti, Vice-Presidente da Alcebra/RS, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. ESTER CÂNDIDO BENATTI: Boa tarde, eu sou da Associação dos Celíacos do Brasil. Quero cumprimentar o Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo, e todos os demais pela oportunidade que nos deram de falar um pouco, para esta Legislatura, sobre os celíacos. Nós somos as pessoas que não podem ingerir glúten.

Nem todo mundo sabe o que é glúten, é a proteína que está presente no trigo, na aveia, na cevada e no centeio. Nós temos uma condição de saúde que nos impede de ingerir estes alimentos: massas, pães, bolos. Nós não somos pessoas que escolhemos não comer glúten, não queremos ficar magrinhos, não somos pessoas que estamos na moda. A doença celíaca é muito antiga, ela tem relatos de dois mil anos antes de Cristo. Então, hoje, muita gente ouviu falar de glúten pela blogueira famosa, ou por que o restaurante está oferecendo essa modalidade no cardápio, mas não está falando dos celíacos. Nós temos uma dificuldade em obter o diagnóstico porque os médicos não nos conhecem, não se lembram dessa hipótese diagnóstica. Às vezes, acham que é uma doença própria somente de crianças, mesmo as crianças têm uma demora em conseguir esse diagnóstico, geralmente um adulto leva de cinco a dez anos em seus médicos tentando achar a causa dos seus problemas, e, no fim, quando se chega a esse diagnóstico, é submetido a um tratamento alimentar, são retirados da dieta os alimentos preparados à base de trigo, cevada, centeio e aveia. Nós temos uma dificuldade em seguir esse tratamento porque ou não encontramos os alimentos próprios, sem a presença dessa proteína, ou achamos que se está comendo alguma coisa isenta de glúten, mas, ainda assim, tem glúten, e nós permanecemos doentes. Então, precisamos de proteção, pois somos consumidores hipervulneráveis, assim como as crianças alérgicas ou as pessoas que, além da doença celíaca, podem ser as que têm a sensibilidade ao glúten, não tendo a doença autoimune, a doença celíaca, mas são sensíveis ao glúten. Então, nós precisamos que a sociedade nos veja, que pense em nós e que construa conosco um mundo mais inclusivo em que possamos ter qualidade de vida e não ficar sempre na fila de médicos, atrás de exames sem saber o que nos aflige.

Nós fomos ouvidos aqui na outra Legislatura, já temos três leis que esta Casa, nos ouvindo, elaborou, e estão editadas. Uma é a lei sobre o Dia Municipal do Celíaco, que aconteceu na semana passada, em que a Associação, junto com o Poder Público, se empenha em divulgar a doença. Nós temos uma segunda lei, que é a lei para cardápios, em que os cardápios da Cidade deverão discriminar se tem glúten ou não na composição daquele alimento que o restaurante, ou bar, ou a confeitaria, ou quem presta serviço na área da alimentação deve discriminar no seu cardápio.

E esperamos que mais para frente esta Casa aprove um PL que está tramitando aqui, que é o Programa de Assistência à Pessoa com Doença Celíaca, em que a gente tenta estabelecer uma linha de cuidado dentro da saúde, dentro da Assistência Social. Eu quero agradecer a atenção de todos, estou à disposição, se alguém tiver alguma pergunta. A Associação de Celíacos do Rio Grande do Sul é a mais antiga do Brasil, ela tem 26 anos. Os gaúchos foram pioneiros no trato com a necessidade de se organizar para conquistarem direitos, nós somos exemplo para o Brasil inteiro. O Estado do Rio Grande do Sul foi o primeiro a pensar a nos ajudar na questão alimentícia, os alimentos sem glúten são muito caros, então o Estado reduziu a carga tributária da farinha do arroz, há uns 20 dias, de uma tributação de 18%, ela foi para 7%, porque agora a farinha de arroz está na cesta básica dos gaúchos. Muito obrigada, boa tarde a todos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convidamos a Sra. Ester Cândido Benatti a fazer parte da Mesa.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Saudações, Presidente; boa tarde, Ester, parabéns pela luta da Associação, a Acelbra. Nós queremos nos somar a essa batalha, porque é uma coisa extremamente séria, as pessoas não têm a dimensão do que pode acontecer com uma pessoa se não tiver um diagnóstico precoce. Nós temos acompanhado a sua luta; a luta de todos os celíacos é bastante importante, porque nos preocupa a saúde da população como um todo.

Portanto, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, especialmente do Ver. Oliboni, que é da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Casa, e eu que estou aqui presente, vida longa à Associação, volte sempre, proponha palestras, nos mande material para que possamos divulgar nas nossas redes, porque nós acabamos alcançando, muitas vezes, pessoas que a Associação, por si só, não alcança. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOSÉ FREITAS: Dona Ester, eu tive o prazer de conhecê-la bem como o seu trabalho, acho que foi o ano passado que a senhora esteve aqui na comissão da qual eu fazia parte, junto com o Dr. Thiago. E ali eu comecei a prestar mais atenção, inclusive na questão dos restaurantes, que foi o tema que a senhora trouxe aqui naquela vez, a preocupação que todos os portadores têm com essa questão.

E eu estava fazendo o levantamento do número, aproximadamente, que existe no Brasil, tanto de mortes infantis, inclusive, e é um número assustador.

Então, eu queria dizer para a senhora que pode contar com a Bancada do PRB, eu e o Ver. Alvoni Medina, e que estamos cientes do projeto que está tramitando aqui, ao qual votaremos a favor. Um abraço, e parabéns pelo seu trabalho!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, eu queria, primeiro, não me justificar, mas lamentar que não pude estar desde o início da Sessão aqui e não tive a oportunidade de ouvi-la, até porque eu não desconheço a importância do tema aqui abordado. Há necessidade de que esse belo trabalho que vem sendo desenvolvido tenha cobertura mais ampla possível de todos os segmentos da sociedade porto-alegrense e gaúcha. Obviamente a Câmara de Vereadores, como receptadora da confiança popular,

pelo escrutínio que, democraticamente, constitui esta Casa que tem representações de todas as correntes políticas, não pode ser omissa nesse particular. Eu ouvi parte do pronunciamento do Freitas e com ele concordo por inteiro, subscrevo-o, inclusive, e quero, em nome dos Democratas, em nome do meu colega Dr. Thiago, que é médico, que conhece bem a relevância deste tema, dizer que estamos solidários e prontos, tanto quanto for possível e na medida do necessário, toda vez que formos chamados a nos manifestar e procurar ajudar o desenvolvimento desta atividade. Meus cumprimentos e meu perdão antecipado por não ter tido o prazer de ouvi-la por inteiro. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Sra. Ester Cândido Benatti está com a palavra para suas considerações finais.

A SRA. ESTER CÂNDIDO BENATTI: Eu me despeço desta Casa na certeza de que, como sempre, somos ouvidos aqui, somos considerados e temos a simpatia de muitos, se não de todos, de muitos, quando os projetos de lei tramitam aqui e nos asseguram alguma proteção. Muito obrigada. Boa tarde e bom trabalho a todos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos à Associação dos Celíacos do Brasil, a Acelbra/RS e à Sra. Ester Cândido Benatti, Vice-Presidente. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h31min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h32min): Estão reabertos os trabalhos. Esta Presidência faz um Requerimento solicitando a inversão da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta Especial. Após, retornaremos à ordem normal. Em votação.(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2307/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 021/17, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018. Com Mensagem Retificativa nº 01. Com Emendas nºs 01 e 02.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, retorna este tema de discussão preliminar a respeito do PLE nº 021/17, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, com Mensagem Retificativa e com duas emendas já protocoladas, as de nº 01 e nº 02.

Por óbvio, Sr. Presidente, terei que ser repetitivo num particular. Não se desconhece, especialmente aqueles que nesta Casa se encontram há mais tempo, que não é de hoje que sustentamos que toda essa parafernália que se organizou em torno do orçamento que vem como decorrência de normas constitucionais e da Lei da Responsabilidade Fiscal, esta série de leis que nós elaboramos fazem, a nosso juízo, pano de fundo para uma grande ficção que é a vida orçamentária neste País. Aqui há, mais uma vez, uma crítica nossa, repetitiva, diga-se de passagem, acentue-se, a esse exacerbado presidencialismo desenvolvido no nosso País, que é concentrado no Executivo, tanto federal, estadual como municipal, uma soma de poderes que enfraquecem a ação legislativa e comprometem, inclusive a coexistência harmônica e independente que tem que necessariamente ocorrer entre os poderes, para que os objetivos republicanos sejam plenamente atendidos. Essa dificuldade, Sr. Presidente, eu repito, não é uma exclusividade do Município de Porto Alegre, vem de cima para baixo, começa lá no Governo Federal, passa pelo Governo Estadual até chegar a nós, que é, inclusive, alicerçada em disposições da Lei Orgânica do Município, da Constituição Federal, nessa de forma mais ampla e mais geral, faz com que a afirmação de que o orçamento é uma ficção ganhe corpo, ganhe consistência e, sobretudo, ganhe reconhecimento. Eu não posso pensar de forma diferente dentro da realidade que o nosso País vive nos dias de hoje; e que, por conseguinte, atingem todas as Unidades da Federação, especialmente os Estados membros e por ressonância absolutamente natural os Municípios brasileiros. Hoje nós observamos, por exemplo, uma grande discussão, eu acrescento à minha análise essa circunstância entre o Governo Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, porque o Governo Federal, que é o dono do BNDES, quer que o BNDES devolva para o Governo Federal os valores, que devem ser da ordem de R\$ 160 bilhões, como forma de contemporizar o déficit orçamentário já projetado para este ano e para o ano seguinte. O BNDES procura não atender o Executivo, nesse particular, até admitindo a hipótese de levar uma reclamação ao Tribunal de Contas da União para que ela dirima essa dúvida entre eles. Eu sigo o alvo de regras e de leis que estão aí a impedir que o País se reencontre, que os Estados se realizem e que os Municípios superem essa que foi anunciada como uma marolinha, que chegaria até a municipalidade, e que hoje é essa crise que nós verificamos e leva vários Municípios a ter dificuldades de, até mesmo, cumprir as suas mais elementares obrigações, entre as quais a remuneração. Assim, os Municípios, em função de todo esse processo, dessa marolinha, acabam tendo as mais diversas dificuldades entre as quais a remuneração dos seus servidores, e Porto Alegre não é exceção.

Diante disso, Sr. Presidente, a discussão preliminar que nós fazemos aqui a respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias me leva a dizer o seguinte: do ponto de vista burocrático, técnico e processual, a lei proposta pelo Executivo de Porto Alegre, estabelecendo as Diretrizes Orçamentárias para os próximos anos, está absolutamente correta, tecnicamente bem-feita. O que eu temo e não perco a oportunidade de registrar é que todo esse tecnicismo, toda essa elaboração correta, inclusive com algumas previsões que são, confessadamente, artifícios contábeis – como a projeção da possibilidade de receitas extraordinárias, que, na mais das vezes, não se realizam – como forma de estabelecer a correlação entre a receita com a despesa, tudo isso e todo esse ordenamento adequado - feito pelos técnicos na elaboração das peças orçamentárias e da Lei de Diretrizes Orçamentárias não foge a essa regra – têm uma aplicação altamente comprometida, porque, no dia a dia, prevalece a realidade e, mais do que a realidade, a vontade do Poder Executivo. No ano passado, quando da votação do orçamento, Ver.^a Mônica, nós colocamos uma disposição que estabelecia que não poderia ser mantida de forma conjuntural a possibilidade do Executivo segurar mais do que 10% do orçamento, no geral e na média, e 20% de programas que não poderia ser condicionado, contingenciado pela Administração. É uma regra que está no orçamento. Não está sendo respeitada, não o foi em outros anos e acaba não sendo porque prevalece a alegação de que a crise econômica impede que isso ocorra. Faz com que determinadas obrigações e normas colocadas pelas emendas parlamentares, na maioria das vezes, não sejam acolhidas, não sendo respeitadas, sob a alegação de que não há recurso para fazê-lo.

Então, nesse sentido, nós ficamos absolutamente céticos, descrentes de que o esforço realizado na Casa, no sentido de contribuir para que haja uma execução orçamentária equânime, reconhecendo as demandas populares, como é anunciado sempre nos orçamentos, que são encaminhadas para cá. Demandas essas que, depois, deixam de ser realizadas e que vão se acumulando ao longo do tempo, ao ponto que se cogita que, neste ano, não haja novas demandas em função do não cumprimento de demandas de exercícios anteriores. Dentro desse contexto, é considerado que essa possibilidade de contingenciamento, ainda que emergencial, ainda que explicado na realidade da crise econômica do Governo Sartori, é uma demonstração inequívoca de que os orçamentos são mera ficção, não são uma verdadeira realidade.

Assim sendo, Sr. Presidente, eu deixo esse meu depoimento que é mais do que um desabafo, com análise, de quem, inclusive, não desiste. Voltarei a colocar as emendas que eu entendo adequadas para que não se diga que no Legislativo houve omissão, de não houve previsão, mas que haverá de constar de forma clara para que, no futuro, se verifique que sob argumentos, os mais diversos possíveis, alguns dos quais baseados numa realidade específica, fizeram com que as mesmas não produzissem os efeitos que efetivamente eram a pretensão do seu autor. Agradeço, Presidente, e concluo dizendo que o desabafo é a reafirmação de posição e de conceitos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadoras e Vereadores, eu espero que o debate sobre o IPTU seja mais caloroso do que este debate sobre a LDO. Eu não estou entendendo, e queria agora aproveitar a presença do Moisés Barboza, que é Líder do Governo, para ver se esquentamos este debate, discutimos um pouco um tema importantíssimo, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ela tem como fulcro a continuidade do processo que discutimos aqui, que eu votei contra, não propus nenhuma emenda, porque eu disse que não se tratava mais de uma peça de ficção, mas sim de um teatro de horrores, que foi o PPA. Na quinta-feira passada, eu vim aqui e demonstrei a profunda contradição que existe nas prioridades apontadas na LDO com as ações concretas do atual Governo. Eu vou insistir, Cecchim, Carús, Nádia, Pablo, bancada do PMDB, V. Exas., que foram Governo recentemente, e houve, inclusive, um confronto do seu candidato e do atual Prefeito sobre a política da Cidade, e perguntar: quando os senhores debateram, na campanha do Sebastião Melo, uma contraposição à questão de habitação colocada pelo então candidato, hoje Prefeito, que coloca a habitação em primeiro lugar? Por favor! Em algum momento houve esse debate na campanha eleitoral? Havia isso no programa de Governo? Não! Alguém botou, alguém pegou lá um papel do Orçamento Participativo, já que a demanda principal é habitação, e listou na LDO. Pelo amor de Deus! Isso aqui é um negócio sério, seriíssimo. Eu não estou provocando a sua bancada, eu só quero dialogar, porque os senhores governaram a Cidade até há pouco, como Vice-Prefeito. Teve uma campanha, eu não me lembro de nenhum momento em que houve esse confronto nessa questão. Como é que, agora, aparece em primeiro lugar? Não era segurança pública, segurança pública, segurança pública? Não eram os postos de saúde? Agora, de repente, virou habitação?

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) V. Exa. tem razão, nós fizemos parte de um Governo até o dia 31 de dezembro, junto com, praticamente, a metade do atual Governo. A LDO, na nossa Comissão – o Relator foi o Ver. Camozzato –, foi muito discutida. Também na Tribuna, logo depois de V. Exa. falar, eu também falei. Além da peça de ficção do PPA, existiam 80 emendas que se somavam à ficção. Quer dizer, todos nós contribuindo para aumentar a ficção. Eu acho que está na hora, sim, senhor, de começarmos a discutir, item por item: PPA, LOA, LDO – todas essas siglas que, às vezes, passam batidas, mas são muito importantes e dizem muito respeito a nós aqui na Câmara. Concordo com V. Exa. que se deve debater mais isso.

O SR. ADELI SELL: Quero agradecer ao Ver. Idenir Cecchim, que é o Presidente da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul, Comissão fundamental para debater esse tema. Acho que a é a segunda vez que o Pujol, também, como eu, vem debater essa questão. Nós já passamos várias e várias gestões aqui – não é, Ver. João Bosco Vaz? – debatendo esses temas. Eu me lembro o que o João Dib

falava de barbaridades sobre os orçamentos da Administração Popular, da qual eu fazia parte. Eu me lembro disso. Chegou o momento de parar com esse negócio de jogar para a plateia, para a torcida. Chega! Nós estamos ou não estamos numa crise? Essa é a questão! Eu queria ouvir as opiniões do Nedel, do Ricardo Gomes e da Mônica Leal. V. Exas. fazem parte do Governo; têm, agora, o Vice-Prefeito. Qual as suas opiniões sobre essa questão da LDO? O Nedel é contabilista, contador, inclusive, auditor, pelo que eu sei. O Ferronato falava há pouco comigo, e teve que dar uma saída. O Ferronato estuda essa questão, e eu quero fazer esse debate. Com o Robaina, discutimos algumas questões no PPA, lembro-me bem. O Robaina levantava um conjunto de contradições, e que eu também aponte.

E nós vamos debater agora o IPTU. Eu já ouvi dizer: “Não, nenhum aumento de IPTU”. Inclusive saíram as manchetes: “Aumento de IPTU na Câmara!” Aumento de IPTU? Quem disse que vai ter aumento? Primeiro vem uma legislação, que 40% não aumenta o IPTU. “Ah, mas tem o progressivo!” Eu sei. A base do Governo está em contradição. Por isso que vocês, V. Exas. estão quietos! Estão quietos! As bancadas que sustentam o Governo estão quietas. Não querem debater a LDO. Tem que debater hoje nas Comissões Conjuntas a questão do IPTU. Como é que vamos resolver o problema do déficit de R\$ 700 milhões? Presidente, V. Exa. chamou uma audiência pública em boa hora. Agora nós vamos ver, porque os interesses da Cidade têm que estar acima das siglas partidárias. Quem vai financiar a Cidade? O pobre da Lomba do Pinheiro que paga mais tributos do que alguns lugares no Menino Deus? Está ali na tabela, é só verificar a tabela. Cassiá, no seu bairro, tem propriedades em que o IPTU está abaixo da Lomba do Pinheiro. Eu sei que V. Exa. não se guia por questiúnculas políticas-partidárias, por isso que estou me referindo a V. Exa., e tem cutucado a onça com vara curta aqui, inclusive. Está na hora de a gente fazer esse debate de forma clara e transparente. O Governo já disse que acha justo que haja uma alíquota entre os R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão – R\$ 750 mil. Nós não queremos fazer sozinhos essa emenda. Não queremos. Ninguém aqui quer ser o dono da cocada. Temos que costurar para o bem da Cidade; mas queremos – e falei com o Robaina e com o Presidente há pouco – também para os palacetes de R\$ 3 milhões a R\$ 5 milhões uma alíquota diferenciada. Não queremos alíquotas de 0,8 ou 0,9. Hoje a alíquota é de 0,8 para todo mundo. Convenhamos, chega! Chega de briga. Vamos chegar a um denominador comum, vamos mostrar que esta Casa tem independência, que se pauta, sim, pela proposta que vem do Governo, mas nós não vamos cair no discurso fácil de não aumentar imposto, etc. e tal. Não, nós queremos justiça fiscal e tributária, o que é diferente. Porque nós queremos manter isenção nos ônibus para pessoas com deficiência – e vai passar. Nós vamos ganhar porque nós estamos com o povo, nós estamos alinhados com a população. Mas nós também não queremos que um terreno de R\$ 45 mil numa região pague mais imposto do que um terreno de R\$ 1 milhão em outra região, porque essa planta de valores daqueles malditos tranca-ruas que foram feitas aqui, agora virou um negócio que ninguém entende. Mas hoje em dia, com ajuda de *software*, dos programas de computador, a gente sabe de tudo, de absolutamente tudo. Nós vamos discutir a LDO, como discutimos o PPA, nós não vamos trancar absolutamente nada. Mas nós

vamos questionar as coisas como elas são hoje em Porto Alegre, custe o que custar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Senhoras e senhores, boa tarde, bom início de semana. Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018. Quero fazer só uma comparação para mostrar o quão estranha que são essas metas e diretrizes que não dizem nada do que o Governo pretende de verdade. Na verdade é uma lista de programas e projetos. Mas a Educação tem este tamanho aqui. (Mostra documento.) Educação Nota 10 tem sete ou oito itens que citam o acesso à educação básica, o aluno atleta... Vejam, o acesso à educação básica tem a dimensão, a força, a importância que o programa para o aluno atleta... Atendimento especial, educação fundamental, infantil, ensino médio – só cita os níveis de ensino. Escola acessível, melhoria da qualidade e acabou. Aí, se nós pegarmos gestão de processos, tecnologia e transparência, meio, nós vamos ver uma página inteira de itens especificados aqui; gestão de pessoas, outra página inteira... Eu, sinceramente, acho que este Governo veio para esvaziar o serviço público, porque é isso o que mostram essas diferentes dimensões.

Na educação, nós já tivemos um grande embate este ano, e na nossa reunião com o Secretário, no início do segundo semestre, ele disse: “Eu discuti calendário no primeiro semestre e agora eu vou antecipar o calendário do segundo de 2018”. Portanto, vai passar o ano inteiro discutindo rotina e calendário. Eu disse: “Mas, Secretário, nós precisamos fazer o debate sobre o que o senhor fala e entende de educação de qualidade; nós precisamos fazer a conferência de educação; nós temos o Adote um Escritor, o senhor quer reduzir a EJA. Ou seja, cultura na educação sendo reduzida. Afinal de contas, qual é a proposta pedagógica que tem na educação?” Não dá para enxergar aqui; aliás, dá, pelo título: Educação Nota 10, pelo jeito, é meritocracia, é metro, é métrica, são mais resultados com menos investimentos. Está na cara isso, porque inclusive as metas de qualidade total já tiveram intervenções no primeiro semestre, o secretário terminou com os horários de planejamento e colocou mais horas de Português e Matemática. Ponto. Essa é a velha visão de educação que restringe a Matemática e o Português à medida da qualidade da educação. Enquanto a nossa escola municipal já tinha avançado com a educação integral para uma educação que acolhe o ser humano como um todo, para uma educação que desenvolve todas as suas dimensões com Arte, com Educação Física, com Tecnologia, com Ciências, com pesquisa, com inclusão, com alta tecnologia, vemos desmontando, pouco a pouco, a partir de uma visão que retroage no tempo, a nossa visão de educação.

Portanto, a Diretriz Orçamentária está dizendo: “Esse é o tamanho de educação pensada pelo Prefeito Marchezan”. Nós entendemos que ele está equivocado, que Porto Alegre construiu um largo processo participativo, tem sistema de educação,

tem conferência de educação prevista em lei, tem conselho escolar, Conselho Municipal de Educação, o Prefeito precisa respeitar essa gestão democrática e construir com essa rede que inovou como nenhuma rede de ensino – nenhuma rede de ensino! Mas inovou em quê? Inovou na busca de que cada criança, cada adolescente desta Cidade pudesse aprender no seu tempo, no seu ritmo, ter o seu lugar na escola e o seu espaço na escola. Por isso, a nossa rede é campeã de inclusão, e é a rede que abriu Porto Alegre em Cena e encerra a parte da educação com isso. Porto Alegre em Cena, que está trazendo grupos internacionais de maior nível técnico, teve a sua abertura realizada por escolas municipais, em alto nível. A Escola Villa Lobos, com uma orquestra maravilhosa, conduziu toda a dança dos nossos alunos da periferia que formam o grupo de dança jovem da Companhia de Dança de Porto Alegre, dançando *pari passu* ao lado da equipe de dança que é selecionada por edital, que são profissionais de alto gabarito. Orgulhe-me demais das nossas escolas municipais. Esse é o resultado, essa é a prova do que é uma qualidade de educação que, lamentavelmente, se seguir nessa diretriz, será destruída.

Sobre os temas, ainda, das Diretrizes Orçamentárias – o Ver. Adeli Sell começou e eu quero continuar nesse diapasão –, não acreditamos na situação de crise no nível que está as finanças de Porto Alegre. Porto Alegre compromete 60% da sua despesa com pessoal. E nós já comprometemos 90% – isso foi o primeiro ano do Olívio, eu fiz essa fala na quinta-feira, quando tinham poucos Vereadores nesta Casa. O Governo Olívio recebeu do Governo Collares, Ver. Mauro Zacher, acho que V. Exa. não estava, o Ver. João Bosco Vaz estava, um plano de carreira do funcionalismo para ser implementado em janeiro de 1989, um plano conquistado – o Ver. Goulart, que era do PDT, sabe disso – pela categoria no embate e no debate com o Prefeito Collares. O magistério tinha tido o seu plano de carreira em julho com a Secretária Neuza, um grande embate, inclusive a carreira não ficou igual. Da carreira estadual, prestem atenção, a carreira dos professores aqui não chegou a 100% no último nível, chegou a 84%. Nós discordamos, eu era do sindicato na época. Então, o plano de carreira do magistério começou a ser pago, não teve grande impacto no início, em junho pelo Collares, mas, no final do ano, o plano de carreira do funcionalismo deu 100% de reajuste, o primeiro mês do Olívio, ele honrou os 100% – 1º de janeiro de 1989 – comprometendo 90% das finanças. Nunca parcelou salário! E foi ajustando os recursos, as finanças municipais, honrou esse plano de carreira que dá esse salário médio digno para o municipal hoje. Claro, que depois, com dez anos de bimestralidade, com política salarial tabela 1, tabela 2. Ora, o que nós estamos vivendo hoje com as políticas que estão vindo para cá, para o funcionalismo, é um desmonte da carreira da época de Collares e Neuza. É um desmonte daqueles ganhos honrados e ampliados pelo então Prefeito Olívio e a sequência de administrações Tarso, Verle e Raul Pont aqui em Porto Alegre. Estão se desmontando os ganhos, as conquistas daquela época. E nunca, naquela época foi, com toda a crise, com toda a dificuldade de gestão... Eu me lembro que no segundo ano do Governo Olívio era uma crítica brutal nesta Cidade, porque, óbvio, o Governo Olívio teve pouquíssimo recurso para fazer mudanças porque está honrando o salário do funcionalismo, que é o que diz a Constituição, porque diz respeito

à vida, à alimentação, à sobrevivência. E, se não é esse o principal compromisso que um governador e um prefeito tem que honrar, eu não sei qual que é. E eu me orgulho muito. E o desmonte que está vindo aqui é um desmonte que produziu carreira, que produziu funcionários com a alta qualidade que Porto Alegre tem, altíssima qualidade. E eu quero encerrar dizendo isso, nós apoiaremos todas as propostas que qualifiquem o funcionalismo, que venham num trabalho sério do funcionalismo.

E aí o IPTU, que nós vamos começar hoje de tarde, hoje conversava com técnicos da Prefeitura que vieram conversar comigo em função do Pedido de Informações e me apresentaram os mapas que vou apresentar para V. Exas. durante a Reunião Conjunta das Comissões; o IPTU é resultado, desde 1991, de um trabalho sério, o novo valor venal, um trabalho sério de funcionários públicos sérios, competentes e capacitados.

Então, quando vierem propostas com essa qualidade, com respeito ao servidor e para financiar as políticas públicas, nós vamos apoiar. Agora, as propostas que vêm tirar do servidor, desmontar carreira, não têm apoio na bancada do PT para seguirem adiante.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Esta Presidência faz um Requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso dos 90 anos do Auditório Araújo Vianna, nos termos do Requerimento nº 155/17, de autoria do Ver. Cassiá Carpes.

Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Andréia Martins, Coordenadora do Auditório Araújo Vianna; o Sr. Paulo Moreira, Coordenador de Música, representando a Secretaria Municipal de Cultura.

O Ver. Cassiá Carpes, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero saudar o Presidente, Ver. Cassio Trogildo; a Sra. Andréia Martins, Gerente do Auditório Araújo Vianna; o Sr. Paulo Moreira, Coordenador de Música e representante da Secretaria Municipal de Cultura, obrigado pela presença. Até porque, Andréia e Paulo, nós não poderíamos deixar passar em branco esta data tão importante que são os 90 anos do Auditório Araújo Vianna, pelo que significa para a nossa Cidade, para a cultura, para as artes, enfim. O palco de grandes *shows*, desde 1964, quando foi inaugurado, 37 anos após sua primeira

construção, o Auditório Araújo Vianna se manteve em funcionamento até 2000, quando foi interditado. Em 2010 ganhou a esperança de uma sobrevida após licitação da Prefeitura. Desde então, a Opus Promoções, com apoio de várias entidades, engajou-se na construção de uma nova cobertura acústica, fixa, definitiva, feita em madeira, poliuretano expandido e resina impermeável, vedada do forro, fechamento das laterais, climatização e ampliação de palco.

Localizado no Parque Farroupilha, área tombada pelo Patrimônio Histórico, o Auditório é novamente cenário de grandes espetáculos. Entre suas histórias, destaque para as apresentações da MPB das décadas passadas. Orçado em mais de R\$ 18 milhões, o Auditório Araújo Vianna, com o patrocínio de várias empresas, que eu não gostaria de citar aqui, não que eu queria elogiá-las, mas para evitar qualquer exploração política. Aqui nós estamos homenageando uma instituição que é do Município, ao qual vários partidos políticos passaram, cada um da sua maneira, do seu modo e contribuíram para a permanência deste importante local da nossa Cidade. Portanto com projeto arquitetônico, coordenação institucional da Prefeitura de Porto Alegre, realização da Opus Promoções, que administra o espaço em conjunto com a Secretaria da Cultura de Porto Alegre, que abriga a Coordenação de Música da Secretaria Municipal da Cultura. O Auditório Araújo Vianna reabriu em 2012 em um evento que reuniu artistas e músicos gaúchos. Dois dias após, Maria Rita subiu ao palco para interpretar canções da gaúcha Elis Regina.

A sala de espetáculos está equipada com as melhorias necessárias para garantir o conforto e a segurança do público, com estrutura de aço e diversas coberturas que dão sustentação ao teto do local. Foram feitas algumas modificações, como ampliação do palco, melhor tratamento acústico e instalação de câmeras de vídeo para segurança externa, entre outras modificações. A plateia ganhou novos assentos e tem capacidade para mais de três mil lugares sentados. Entre os setores há plateia baixa, lateral e central, há plateia alta, lateral e central, além disso, o espaço ganhou dois bares, camarotes, banheiros e acessibilidade, Ver. Paulo Brum. A gestão do espaço é fruto de uma parceria entre a Opus Promoções e a Prefeitura de Porto Alegre, sendo – aqui é importante salientar – 75% das datas anuais administradas pela produtora e 25% pelo Município – portanto, ao Município ainda corresponde um percentual dos seus espetáculos.

Desde a sua reabertura, o Auditório acumula números expressivos: mais de 150 espetáculos musicais e teatrais realizados e coproduzidos e um público superior a 450 mil expectadores.

Ao longo da belíssima trajetória do espaço, somente a partir de 2012 o Auditório Araújo Vianna já foi palco de atrações como o rei Roberto Carlos, Paulinho da Viola, Lenine, Fito Paez, Lulu Santos, Soledad Villamil, Paco de Lucía, Zeca Pagodinho, Skank, Ivete Sangalo, Jorge Ben Jor, Tiago Abravanel, Fábio Júnior, Caetano Veloso, Alejandra Sanz, Djavan, Milton Nascimento, Raça Negra, enfim, inúmeros cantores e bandas do cenário nacional e internacional que trouxeram alegria e a contemplação da população de Porto Alegre.

Além de palco de *shows* de João Gilberto, Caetano Veloso e Cássia Eller, foi ainda espaço de manifestações políticas, independente de partido, de causa ou ideologia, até porque ele é da Cidade, de todos nós, e de palestras de personalidades renomadas, como do Nobel de Literatura José Saramago.

O Auditório Araújo Vianna faz parte da história cultural de Porto Alegre.

A partir da década de 1970, o Auditório Araújo Vianna consagrou-se como um espaço para a apresentação de espetáculos de MPB.

Em 1997, o Parque Farroupilha foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural do Município. Como parte integrante do Parque, o Auditório passou a ter a sua preservação garantida. A cobertura do Auditório Araújo Vianna foi debatida durante 30 anos entre a população de Porto Alegre. Em meados de 1990, em reuniões do Orçamento Participativo, Ver.^a Sofia Cavedon, no bairro Bom Fim, foi decidido que a questão seria uma das prioridades da região. A lona que cobria o Auditório Araújo Vianna foi inaugurada em 4 de outubro de 1996, com um *show* histórico de João Gilberto. Segundo o laudo técnico da Secretaria Municipal de Obras e Viação – SMOV, a cobertura perdeu a sua validade em julho de 2002. O risco era de, em caso de chuvas mais persistentes e ventos fortes, que a pressão sobre a lona rompesse os cabos. No início de 2005, o Auditório foi interditado pela Prefeitura de Porto Alegre por motivo de segurança, depois do rompimento do cabo de sustentação. Diante da impossibilidade financeira de arcar com os custos dessa obra, após determinação do Ministério Público, em agosto de 2006, exigindo do local isolamento acústico, o que encarecia a reforma então planejada, e considerando o fato de que de 1996 até a interdição a média de eventos ali realizada foi inferior a 30 dias ao ano, a Secretaria Municipal de Cultura publicou, no início de 2007, um edital de licitação para recuperação do espaço. Era formulado, pela primeira vez, o princípio de uma Parceria Público-Privada para o setor cultural de Porto Alegre. Foram convidadas empresas privadas para executarem a obra, oferecendo-se em troca, como disse anteriormente, a permissão de utilização de 75% das datas anuais do Auditório por um período limite de dez anos, mantendo-se no período de 91 dias ao ano para a programação da Secretaria Municipal de Cultura. A Opus Promoções foi a Produtora vencedora da licitação.

Fiz aqui um resumo histórico desse local que é um orgulho para os gaúchos e para a nossa Capital, e a ideia deste Vereador foi de consagrar, elogiar, elucidar, mostrar para a população este ambiente, local apazível que faz com que a nossa população se sinta dentro de um parque também histórico, nossa Redenção, um local de todos os porto-alegrenses. Quero finalizar, Andréia Martins, que é a Gerente do Auditório Araújo Vianna, que a Câmara Municipal pode ter divergências políticas, o que é natural da democracia, mas não tem divergências sobre aquele local, que é nosso, que é de Porto Alegre e que todos estão usando agora organizadamente, sem perder a Prefeitura a sua capacidade de fiscalizar e coordenar. Quero citar o Paulo Moreira, Coordenador de Música, que, tenho certeza, se sente orgulhoso por ter um local daquela natureza para os jovens, para os artistas, para a cultura da nossa Capital. Dito isso, quero encerrar dizendo aos meus colegas que é um momento histórico de aproveitar a história de um local que nos deixa muito felizes. A Prefeitura, todos os Governos

fizeram a sua parte, mas, agora, essa parceria está fazendo, também, a sua. E a Cultura tem um local consagrado, um local espetacular para a nossa Cidade. Leve essa mensagem aqui da Câmara, pois nós estamos muito felizes, porque completar 90 anos...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. CASSIÁ CARPES: ...Para concluir, quero desejar a vocês uma bela administração, contem com essa Casa, com as comissões permanentes, para que nós possamos ajudar. Tenho certeza de que vocês estão num local que orgulha a todos os porto-alegrenses e aos Vereadores desta Casa. Obrigado. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver. Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Aldacir Oliboni.

A SRA. SOFIA CAVEDON: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Nós já fizemos uma polêmica na aprovação desta homenagem. Pelo Auditório Araújo Vianna, nós temos um carinho muito especial, todos nós, ele compõem a história de Porto Alegre. Foi aqui na Praça da Matriz a sua primeira construção, foi construído para as apresentações da Banda Municipal da Cidade de Porto Alegre. Duas grandes instituições pensadas para a Cidade: a Banda e o Araújo Vianna. O Araújo que eu, Ver.^a Sofia, Professora do Município, muitas vezes, estive sentada em seus bancos em assembleias da Categoria, assembleias monumentais dos municipais, em grandes atos públicos, em grandes festividades populares, quando era aberto. Ver. Tarciso, é verdade, várias vezes tivemos *shows* cancelados ou transferidos, porque chovia, ele tinha essa característica e essa dificuldade. E é verdade que a Cidade demorou em tomar a decisão para cobri-lo, mas nós temos o maior amor por esse auditório Araújo Vianna. E quero aqui dizer que ele ocupa um lugar maravilhoso, que é o centro, o coração cidadão no Parque Farroupilha, ao lado do Brique da Redenção, da nossa Oswaldo Aranha, do Bom Fim, da história da cidade de Porto Alegre, da história boemia, da história cultural, quem tem dúvida que naquele lugar, desde as feiras de sábado, a feira orgânica, artesanato, e domingo de manhã, o Brique. O que é o Brique, o que é a Redenção cheia de artistas populares. É o melhor lugar de Porto Alegre sem dúvida nenhuma, e não tem turista que não queira conhecer aquele lugar. Portanto, o Araújo Vianna compõe um patrimônio numa ambiência toda diferenciada. E nós, muitas vezes, acompanhamos memoráveis *shows* no Araújo Vianna, com as pessoas, as famílias sentadas nos taludes, nas gramas ao redor dele curtindo mesmo não tendo, muitas vezes, condições de entrar, mesmo sendo um ingresso módico. Então, a minha homenagem é uma homenagem reconhecendo a história do Araújo Vianna, e a minha homenagem é uma crítica aos últimos governos e às opções que fizeram. E não à Opus

e a parceria da Opus. Porque eu reconheço, o Araújo Vianna está maravilhoso, é ótimo, eu vou assistir a *shows* lá, é uma excelente administração, discordei, desde o início, sim, do cercamento, achei inadequado aquele cercamento, ele tirou um pouco da beleza do Araújo e o acesso às beiradas do Araújo. Eu sei que é por segurança, enfim, mas o Araújo Vianna tinha que permanecer sem cercas e trazendo segurança ao Parque, que é uma demanda importante dos usuários do Parque Farroupilha. Mas o tema que mais me intriga é que a Banda Municipal não tenha voltado para lá. Eu duvido que seja impossível a Banda não conviver com a nova gestão. E eu sei que foi uma decisão de Governo, e eu fui muito crítica e fiz muitas denúncias. Mas eu quero deixar claro para os senhores e senhoras que um contrato assinado pela Opus, e pelo Secretário à época, é um contrato que termina em maio, terminou em maio deste anos, dez anos improrrogáveis. E nós temos que fazer um balanço, uma avaliação, porque a avaliação que nós recebemos aqui os melhores do mundo e os melhores do Brasil e que isso dá um acesso fundamental e coloca Porto Alegre com mais um equipamento que nos coloca no roteiro cultural do país, essa avaliação é fácil. A outra avaliação é que, se o contrato for cumprido, se fato a contrapartida de 25% de datas, sendo, no mínimo, 15% nos finais de semana, se elas se tornaram viáveis, se a Prefeitura continua utilizando aquele espaço e deu o retorno público. Nós tivemos que entrar com uma ação, porque tinha custo e não tinha como atividades populares serem realizadas lá, pelo custo com segurança e com limpeza – já retratei aqui. Houve um TAC ajustando isso, nem assim se resolveu. Acho que faltou dos Governos...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: ...Porque se justifica, Presidente, tornar privada a gestão de um espaço com aquela característica, se, de fato, colocar aquela qualidade toda a serviço das manifestações populares, que é isso que nós gostaríamos: ver uma Orquestra Villa-Lobos, ver a nossa companhia de dança, que tem cinco escolas preparatórias e está sem lugar e sem data para fazer o fechamento deste ano, mas, se eles vão para o Araújo Vianna, não tem recurso da Prefeitura, não podem pagar o som, que devia ser uma contrapartida da Opus, a concessionária, com certeza, e pagar a segurança.

Então, eu entendo que a cidade de Porto Alegre – sei que o Secretário Alabarse já notificou a Opus – tem que fazer um bom balanço, mas não um balanço apaixonado dos que acreditam em privatização e dos que não acreditam, um balanço se teve retorno público, porque a gente precisa agora pensar no destino do Araújo Vianna.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Dr. Goulart.

O SR. REGINALDO PUJOL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Início o meu pronunciamento, que só ocorre em função da cortesia do Ver. Dr. Goulart, que me propiciou este período para que eu associasse, ao Ver. Cassiá, a bancada do Democratas em solidariedade à homenagem que está sendo prestada aqui no dia de hoje. Obviamente que eu não desconheço a nossa amiga Andréia Martins, que, de larga data, tem contribuído muito para a cultura do Município de Porto Alegre, desde os tempos em que lá se encontrava junto o Jorge André na organização de trabalhos que frutificaram.

Eu quero dizer ao Coordenador de Música da nossa Secretaria Municipal de Cultura, que também substituiu o Jorge André, que essa é uma das áreas da cultura de Porto Alegre que mais se desenvolveu nos últimos tempos, em função da atuação da Andréia e do Jorge André e, sobretudo, de um acerto da Administração Municipal, iniciado ainda no Governo Fogaça e que culminou na administração do Prefeito José Fortunati, que foi o convênio assinado com a Opus para que a mesma assumisse o gerenciamento do Auditório Araújo Vianna. Esse ato esse propiciou a recuperação de uma área importante para a cultura porto-alegrense que se encontrava totalmente em escombros, com o seu teto comprometido por um vendaval e que, hoje, é uma sala de espetáculos da melhor categoria, com um som acústico excelente, com dependências adequadas, capaz de receber, como vem recebendo, as mais diferentes manifestações culturais, muito fortemente na área da cultura popular, com grandes espetáculos ali realizados com cantores e cantoras de nível internacional que aqui se apresentam porque têm no Auditório Araújo Vianna, como V. Exa. bem acertou, Ver. Cássia Carpes, um local adequado para que essas apresentações ocorram, o que não acontecia até que houvesse esse convênio que hoje produz o resultado positivo que nós conhecemos.

Por isso, Andréia, nós queremos te cumprimentar. Que tu continues com o teu bom trabalho; que a gente continue tendo a oportunidade de ouvir os bons *shows* que a gente ouve lá no Auditório; que Porto Alegre continue contando com essa casa de espetáculos de qualidade indiscutível; e que a Secretaria de Cultura, como braço político da Administração Municipal na área, continue sendo a parceira adequada que tem sido até o presente momento. Eu me sinto muito feliz de saber que um amigo meu, sabidamente meu amigo, Roque Jacoby, que pela Secretaria passou nos últimos quatro anos, acabou sendo, por uma belíssima coincidência, o artífice final da contratação com a Opus, com a celebração definitiva do contrato, que permite a existência dessa parceria público-privada, exemplo para a cidade de Porto Alegre e para o Rio Grande do Sul, de que as coisas podem ocorrer de forma positiva, quando o Poder Público tem a sensibilidade de buscar numa empresa privada, numa instituição privada credibilidade, competência e criatividade para a realização de uma tarefa. É isso o que ocorre entre a Prefeitura de Porto Alegre e a Opus: uma bela parceria público-privada com resultados

positivos, merecedora do nosso aplauso e do nosso desejo de continuidade. O meu abraço, Andréia, e as minhas homenagens as mais carinhosas possíveis.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido o Ver Cassiá Carpes para fazer a entrega do diploma em homenagem aos 90 anos do Auditório Araújo Vianna à Sra. Andréia Martins e ao Sr. Paulo Moreira.

(Procede-se à entrega do diploma.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Sra. Andréia Martins está com a palavra.

A SRA. ANDRÉIA MARTINS: Boa tarde, em nome da Opus eu quero agradecer a esta Casa, ao Ver. Cassiá Carpes pela homenagem, as palavras da Ver.^a Sofia e do Ver. Pujol. Eu tenho uma relação com o Araújo Vianna que antecede a minha estada na Opus. Eu trabalhei na Secretaria Municipal da Cultura desde 2006, dentro do Araújo Vianna. Saí dele para a Usina do Gasômetro em função da obra e retornei pela Opus. Então, eu só quero agradecer e dizer do meu compromisso em cuidar do Auditório. A manutenção do Auditório é muito cara e muito difícil, diária. Quero dizer que todos os artistas que nele se apresentam, nacionais, estrangeiros, reconhecem-no como um patrimônio do País. Bom, é isso. A gente está lá, a porta está aberta. Se algumas coisas não acontecem independentem da nossa vontade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigada, Sra. Andréia. O Sr. Paulo Moreira, coordenador de música, representando a Secretaria Municipal de Cultura, está com a palavra.

O SR. PAULO MOREIRA: Em primeiro lugar, boa tarde ao Presidente da Casa; boa tarde aos senhores Vereadores e em especial ao Ver. Cassiá Carpes, propositor desta homenagem. Eu, como representante da Secretaria Municipal de Cultura, quero agradecer ao Vereador pela lembrança desse espaço cultural tão alentado que nós temos na Cidade, como bem lembrou a Ver.^a Sofia Cavedon. Um espaço que recebe atrações internacionais, nacionais e locais do qual a Secretaria Municipal de Cultura tem a sua parcela de utilização e, talvez, seja uma parcela pequena, mas a gente, dentro das condições que se apresentam, ocupamos ou deixamos para terceiros ocuparem as datas da Prefeitura e tem sido muito bem sucedida essa parceria, como lembrou o Ver. Reginaldo Pujol. A gente consegue fazer um balanço de atrações trazidas pela Opus com o que a gente promove aqui em Porto Alegre, inclusive com utilização das datas da Prefeitura para terceiros. Por exemplo, no dia 12 de outubro, nós

vamos ter uma homenagem ao Dia da Criança, da tia Jandira, que é uma batalhadora do trabalho junto às crianças carentes. Então, as datas da Prefeitura também servem para abrigar outras atividades que não sejam as atividades promovidas pela Prefeitura.

Eu queria agradecer ao Ver. Cássia Carpes, ao Sr. Presidente e aos Srs. Vereadores pela acolhida que nos deram nesta cerimônia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecendo a presença da Sra. Andréia Martins, Coordenadora do Auditório Araújo Vianna, e do Sr. Paulo Moreira, Coordenador de Música da Secretaria Municipal de Cultura, agradecemos a presença das senhoras e dos senhores e damos por encerrada esta homenagem. Suspendo a Sessão para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h36min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h37min): Estão reabertos os trabalhos.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Boa tarde; Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Cassio Trogildo; em seu nome cumprimento os meus colegas Vereadores e Vereadoras, o público que nos assiste aqui presencialmente, os que estão nos vendo pela TVCâmara. Hoje eu quero fazer algumas comunicações, primeiramente a respeito da questão de mulheres mortas no Rio Grande do Sul, mulheres vítimas de violência doméstica. Tivemos, na última semana, uma mulher morta pelo ex-marido em Taquara, e ela tinha uma medida protetiva que foi negada pelo Judiciário. Aí vemos: Rosane Carrão, 38 anos, foi morta na saída do trabalho na quarta-feira, dia 13, na frente da filha. O ex-marido confessou o crime e foi preso. Em Gravataí, mulher é morta dentro de casa. Uma jovem de 19 anos foi morta na quinta-feira, em Gravataí, o crime ocorreu dentro da residência, conforme vizinhos, ouviram gritos vindos da casa, onde a vítima solicitava socorro. De acordo com o delegado, que fez buscas, o suspeito era o ex-namorado da mulher. Em Porto Alegre não é muito diferente, vemos cenas de violência contra mulheres, vemos mulheres mortas todos os dias. E, muitas vezes, essas mulheres não têm o amparo necessário. Muitas vezes, essas mulheres ingressam na porta das delegacias, ingressam na porta da Brigada Militar sem ter o devido apoio e proteção de outros órgãos, seja uma coordenaria da mulher, seja um centro de referência, sejam os postos de saúde e hospitais que têm a obrigação de notificarem a polícia, o Judiciário a respeito de entrada de mulheres que, por acaso, sejam vítimas de violência.

Estando à frente da Procuradoria Especial da Mulher, e, com muita honra, representando aqui os 36 Vereadores desta Casa, venho dizer que fizemos muitos avanços, Presidente, dentre eles quero agradecer aqui o setor de TI da Casa, que

conseguiu colocar no *site* da Câmara um ícone da Procuradoria Especial da Mulher, onde constam todas as ações que estão sendo feitas, todos os telefones que são úteis para as mulheres que são vítimas, muitas dicas e orientações necessárias. Além disso, estamos fazendo um trabalho com os gabinetes dos Vereadores, e aqui vou dar o exemplo do gabinete do Ver. Airto Ferronato, que nos procurou pela Procuradoria Especial para que a gente fizesse um evento aqui, na Câmara de Vereadores, a respeito das vítimas mulheres de Porto Alegre. Também quero usar este período de Comunicações para dizer aos colegas Vereadores e Vereadoras que a Procuradoria Especial está aberta para todos que quiserem fazer algum tipo de ação diferenciada. Já temos o Ver. Dr. Goulart, que se manifestou a respeito do Imama, que estaremos trazendo tão logo seja aprovado pela Mesa Diretora, a Presidente Maira Caleffi para aqui vir falar sobre câncer de mama.

Estamos com o Hospital Fêmina também trabalhando na questão de cuidar dos cuidadores, e também com a Associação Comercial, fazendo com que as empresárias tenham também esse olhar para com as mulheres vítimas de violência.

Enfim, deixamos também aqui o convite para, o dia 29 de outubro, a Caminhada das Vitoriosas, que acontecerá do Parcão até a Redenção. Essa caminhada não diz respeito somente às mulheres, mas também aos homens, pois são os homens que tem mães, têm filhas, irmãs, sobrinhas e que não gostariam que fossem vítimas da violência contra a mulher.

Quero falar para os colegas que, hoje, às 18h, estaremos homenageando, aqui no plenário Ana Terra, a Associação dos Soldados da Brigada Militar. O convite já foi enviado para cada *e-mail* dos gabinetes, encaminhei pelo grupo do WhatsApp. Aqueles Vereadores que desejarem participar, estaremos recepcionando todos para a homenagem à Associação dos Soldados da Brigada Militar.

E, amanhã, dia 19 de setembro, o Parque Farroupilha completa 82 anos de existência. Dentro desses 180 anos de Revolução Farroupilha é o nosso Parque Farroupilha, que abriga, todos os domingos, de segunda a segunda, vários porto-alegrenses, amanhã estará de aniversário, e por isso: “Sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra”. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Quero aproveitar o tema que a Comandante Nádia trouxe aqui, e, Ver. João Bosco, depois da reprovação daquele projeto, que tinha sido aprovado por unanimidade na Casa, e era projeto da Casa, aquele projeto que era proposição minha, do câncer de mama, já que a Ver.^a Nádia falou, eu, toda semana, virei a esta tribuna, pelo menos uma vez, trazer esses casos para a apreciação dos colegas.

O que eu trago hoje é de um paciente internado – internado, Vereador! – no Hospital Conceição, com câncer, paciente que tem outros problemas também, em decorrência desse câncer: tem metástase de pulmão, tem patologia de coração. E foi orientado – o paciente está internado! – seu familiar a ir ao posto de saúde para ser reencaminhado para o hospital! Mas até quando nós vamos conviver com isso? O nome dele é Gentil Bisogni. Está aqui ó, se a câmera puder pegar, está aqui a nota de internação dele: neoplasia. Está aqui! Está aqui! Ele tem uma neoplasia de próstata metastática, está internado no Conceição, e estão orientando a sua família a ir ao posto de saúde para ser reencaminhado para o Conceição!

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. DR. THIAGO: É? Não, ele vai continuar no hospital. Aí, burocraticamente, a sua família é orientada a ir ao posto de saúde para ele ser reencaminhado para o hospital. Sabem o que vai acontecer? Ele vai chegar no posto de saúde – isso é um absurdo, isso é esquizofrênico! –, e o pessoal de lá vai dizer o seguinte: “Olha, tem um tal de Seu Gentil aqui”. Então, nós vamos trazer ele para o hospital, onde está internado, vamos trazer ele para consultar no posto para ser reencaminhado ao hospital! Mas olha o absurdo! Olha o absurdo! Essa é a regulação e que, infelizmente, esta Casa votou contra o projeto, possibilitando que essas idiosincrasias, que esses absurdos continuassem ocorrendo!

Então, assim, é o mínimo de sensibilidade que se pede à Secretaria Municipal de Saúde – sensibilidade! Sensibilidade e um pouquinho de competência, Vereador. Um pouquinho de competência, não precisa muito, já que não tem demanda reprimida em oncologia, vocês receberam os papéis. Vocês votaram contra o projeto, porque não tinha demanda reprimida. Onde é que está o Seu Gentil? Onde é que está o Seu Gentil?

Então, assim, sistematicamente, eu vou trazer toda a semana esses casos aqui. E para isso aqui, um pouquinho de competência resolve o problema. Um pouquinho de competência diminui a dor dessas famílias, pouca coisa de competência.

Já que está terminando o meu tempo, eu peço uma resposta da Secretaria Municipal de Saúde, peço uma resposta, Djedah, tu que foste tão eficiente em derrubar o nosso projeto pra conseguir manter o veto, foste de uma competência atroz fazendo isso, te peço uma resposta agora. A mesma competência te peço agora no caso do Sr. Gentil. Mais um paciente com câncer que é orientado a voltar para o posto de saúde para ser reencaminhado para o hospital.

Com relação ao câncer de mama, Ver.^a Comandante Nádia, eu quero saber qual é a utilização do mamógrafo da Restinga. Eu quero saber qual é a utilização do mamógrafo da Restinga, porque as informações que eu tenho é de que ele está ocioso. E Porto Alegre é a capital nacional do câncer de mama! Porto Alegre é a capital nacional do câncer de mama e tem um mamógrafo parado no Hospital da Restinga! Comprado com dinheiro público, parado na Restinga! Eu quero que o Instituto da Mama nos informe isso. Não adianta esconder esses dados. Nós vamos cobrar do Instituto da

Mama, da Secretaria Municipal de Saúde. Tem dinheiro público nesse mamógrafo! Eu quero saber o que ele está fazendo de mamografia. É isso que nós queremos saber...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

O SR. DR. THIAGO: ...Nós queremos que esse mamógrafo seja amplamente utilizado para que se tente, com isso, diminuir o câncer de mama. Porto Alegre é a capital brasileira dos casos de câncer de mama. Porto Alegre tem uma incidência maior e, sem dúvida nenhuma, um tratamento mais precário de câncer de mama, porque o diagnóstico secundário não está sendo feito. Não está sendo feito porque não tem nem o inicial, então não chega nem o secundário. Então nós queremos esses dados. Já pedimos também à Secretaria da Saúde qual é a taxa de utilização do mamógrafo. Quantos pacientes estão sendo contemplados pelo SUS com aquelas mamografias? Porque a nossa dúvida e a nossa impressão é de que ele está ocioso lá no Hospital da Restinga.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. Encerramos o período de Comunicações.

Suspendo os trabalhos para a Reunião Conjunta das Comissões.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h50min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 18h07min): Estão reabertos os trabalhos.

Esta Presidência faz um Requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia e que o PDL nº 004/17 seja o primeiro na ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 18h08min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;

encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 2388/17 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/17, de autoria da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul, que aprova as contas do Município de Porto Alegre referentes ao exercício de 2014.

Parecer:

- da **CEFOP**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- parecer do Tribunal de Contas favorável à aprovação;
- para aprovação: maioria simples; para rejeição: são necessários dois terços de votos dos membros da CMPA, nos termos do art. 124 do Regimento da CMPA;
- prazo para votação nos termos do art. 122 do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 13-09-17.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PDL nº 004/17. (Pausa) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) A Ver. Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PDL nº 004/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, nós fizemos um gesto aqui de conceder o quórum e fazer essa votação, porque temos a responsabilidade republicana com a nossa Cidade e continuamos, nesse diapasão, com a responsabilidade republicana. Quero apenas lembrar que nós votaremos, provavelmente, com restrições ou abstenção. Gostaria, também, de lembrar que, provavelmente, foram indicados, em 2014, – o Ver. Marcelo está analisando o Processo, nós estamos cumprindo os prazos – apontamentos ao Prefeito Fortunati pelo não cumprimento do Plano Municipal e do Plano Nacional de Educação em relação à educação infantil. Lembro-me que, em 2013, teve apontamentos, em função de que havia necessidade de ampliar investimentos em educação infantil. O Tribunal de Contas vem fazendo análises do atendimento, tanto do Estado do Rio Grande do Sul, quanto de Porto Alegre. Nós estamos num debate importante com o Prefeito Marchezan sobre o marco regulatório, tivemos uma audiência na CECE, Ver. Tarciso, muito positiva, onde nós pudemos oportunizar ao Fórum de Entidades apresentar todas as questões para renovação do convênio, creches comunitárias. Vamos acompanhar amiúde, o Ver. Tarciso, acolheu esta Pauta, vamos monitorar para ver se avançam as negociações. Porque nós não queremos descontinuidade no atendimento. E o Prefeito está projetando mais mil vagas para a Educação Infantil. Nós estamos aqui cobrando, Ver. Professor Alex, que as escolas infantis próprias, como a Santo Expedito, recebam o conjunto dos trabalhadores, ainda estão com parte do grupo, e a escola não está podendo atender em turno integral. Então, se por um lado, os convênios, que nós sempre defendemos aqui, que tinham que ter ampliação de recursos, devem continuar e melhorar as suas condições, educadores, professores recebendo, Ver. Airto, como professores. E esse foi um compromisso

expresso lá na CECE, o Ver. Tarciso estava na reunião ainda, sim, o convênio vai aumentar o valor, porque nós teremos professores. No ano que vem, já os Jardins terão que ter professores atendendo, na carteira com o cargo professor, com um valor adequado de salário. Portanto essa qualificação, esta ampliação que está sendo prevista através dos convênios, de mil vagas, mas a rede própria precisa começar a crescer novamente na Educação Infantil, porque teve um congelamento no tempo do Fundef. Então, quero aqui fazer esse registro. Com certeza, esse é um dos apontamentos das contas de 2014 que o Tribunal de Contas está aprovando, deve ter apontado esse tema da educação infantil. Então, se o nosso voto é de aprovação, ele é também de vigilância nesses temas que são fundamentais. Por isso, porque combina progressividade, porque combina justiça fiscal no IPTU e porque financia políticas públicas como a educação, que nós entendemos que a nossa posição, que se aproxima, ainda não está conformada, como um todo na bancada, de aprovar o IPTU é nesse sentido: financiar essas políticas públicas reduzindo custos para os mais pobres e os que moram mais longe e criando justiça fiscal. Então, vamos aprovar as contas com as restrições em relação à necessidade de cumprir os apontamentos em relação à educação infantil.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PDL nº 004/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com abstenção dos Vereadores Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Marcelo Sgarbossa.

A VER.^a SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 18h18min): Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. 0800/17 - SUBSTITUTIVO Nº 01, que obriga os hipermercados, os supermercados, os atacados e os estabelecimentos similares a higienizar os carrinhos e

os cestos de compras disponibilizados aos clientes e proíbe o transporte de crianças nos carrinhos de compras não equipados com assento específico, ao **PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 076/17**, ambos de autoria do Ver. José Freitas.

PROC. Nº 1853/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 213/17, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que proíbe o sacrifício de animais que não se destinem à alimentação sem a utilização de método de sensibilização. **Com Emenda nº 01.**

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não há quem queira discutir a Pauta.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, ao PLL nº 134/17.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Paulo Brum, ao PLL nº 134/17.
Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h19min.)

* * * * *